

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2020	12h55min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	33

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico Vigilante.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

PARECER 03 CCJ

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 71/2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Fundo de Aprimoramento do Controle Interno do Distrito Federal - PRÓCONTROLE INTERNO e dá outras providências”.

Sr. Presidente, por considerar que a propositura está em consonância com o regime jurídico nacional, com a Constituição, e atende aos princípios da legalidade e regimentalidade, o parecer deste relator é pela admissibilidade na forma do relatório aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15 12 2020	12h55min	SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REMOTA	34

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Chico Vigilante.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na época do Governo Rollemberg ele passou, em palavras populares, o rodo nos fundos. Extinguiu um monte de fundos. Mas eu sou capaz de dizer que, hoje, o Distrito Federal talvez seja a unidade da Federação com o maior número de fundos. Nós temos que prestar atenção nisso tudo.

São mais de 30 fundos existentes no Distrito Federal. Cada um segurando um quinhãozinho da arrecadação parca do pagador de imposto do Distrito Federal. E cada um desses fundos carimbando aquele recurso arrecadado que é destinado pela população.

Com isso, termina o Estado, em vez de proporcionar bem-estar, saúde, educação, segurança para as pessoas, voltando a si mesmo; ou seja, ele se volta para atender – eu sou sindicalista, mas tenho a coragem de falar isso – cada vez mais as corporações que são próprias do poder. Os secretários que estão envolvidos com esses fundos – pelo visto, pelo que está colocado, são eles que têm que – vão trabalhar quando? Se fizer uma reunião uma vez por mês, eles vão ficar onde, como é que vai ficar?

Além, Sr. Presidente, de impedir o Estado de fazer política pública. É preciso que o poder central, no caso do Executivo, tenha a liberdade, ao se deparar com uma